

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Marcelo Martins Ribeiro dos Santos

**O potencial educativo do Memorial da Resistência: a ressignificação de memórias
coletivas a partir do espaço**

São Paulo
Outubro/2015

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Marcelo Martins Ribeiro dos Santos

O potencial educativo do Memorial da Resistência: a resignificação de memórias coletivas a partir do espaço

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Scifoni

São Paulo
Outubro/2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Contato: m.martinsx@gmail.com

Aos meus pais, Edna e Agnaldo, e meus irmãos pelo apoio e
pelos ensinamentos de toda uma vida.

E à Rossana, pela paciência e
por ter se tornado família.

RESUMO

SANTOS, M.M.R. *O potencial educativo do Memorial da Resistência: a resignificação de memórias coletivas a partir do espaço* 2015. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Buscamos avançar na compreensão das possibilidades de uso do espaço do Memorial da Resistência de São Paulo, priorizando as ações educativas ali realizadas, tentando entender sua importância, limites e potenciais enquanto ações multiplicadoras de conhecimentos essenciais no âmbito dos Direitos Humanos. Um movimento que implica reflexões sobre o papel do patrimônio cultural no espaço urbano, bem como sobre a construção da memória política e as possibilidades de resignificação de memórias coletivas por meio de instrumentos de reparação simbólica no contexto de Justiça de Transição.

Palavras-chave: Lugares de Memória, Educação para os Direitos Humanos, DEOPS, Memorial da Resistência de São Paulo.

ABSTRACT

SANTOS, M.M.R. *The educational potential of Memorial da Resistência: the redefinition of collective memories by space*. 2015. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

We seek to advance the understanding of the possibilities of use of the *Memorial da Resistência of Sao Paulo*, giving priority to educational activities, trying to understand its importance, limits and potential as multipliers actions of essential knowledge in the field of Human Rights. A move that involves reflections on the role of cultural heritage in the urban space as well as on the construction of political memory and the possibilities of collective memories redefinition through symbolic reparation instruments in the Transitional Justice context.

Palavras-chave: Places of Memory, Education for Human Rights, DEOPS, Memorial da Resistência de São Paulo.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – Memória Política	10
1.1 Da produção do espaço ao direito à memória	10
1.2 Mobilização da Memória	14
1.3 Memorial enquanto relíquia e luto público	17
Capítulo 2 – Patrimônio: Campo de disputas	22
2.1 A ocupação do espaço público pelas memórias subterrâneas	22
2.2 Reparação simbólica no contexto de Justiça de Transição	24
Capítulo 3 - Educação para os Direitos Humanos	30
3.1 Educação Não-Formal	30
3.2 Ações Educativas	32
3.3 Encontro com Educadores	38
Considerações Finais	44
Referências	47

INTRODUÇÃO

Pois não somos todos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram?

Walter Benjamin

Pode parecer curioso, a primeira vista, que um trabalho de Geografia se proponha a tentar compreender as dinâmicas envolvidas na construção da memória política. Nossas preocupações enquanto educadores acabam nos obrigando a trabalhar numa escala multidisciplinar, em que ousamos tangenciar áreas como a História, a Psicologia e a Pedagogia. No entanto, é a partir do espaço que construímos os alicerces dessas reflexões e acreditamos que os resultados poderão ser apropriados pelas diversas áreas.

Busca-se avançar na compreensão do papel educativo do Memorial da Resistência, enquanto um lugar de memória responsável por fornecer um ponto de encontro a partir do qual se estabelecem reflexões sobre a possibilidade de ressignificação da memória social e política. Trata-se de um estudo sobre os instrumentos de reparação simbólica coletiva, levando em consideração o lugar que ocupa na Metrópole de São Paulo, as políticas de preservação do patrimônio, a concepção de um tipo de educação para os direitos humanos e as implicações atuais dessas discussões.

Pois é ainda mais interessante realizar esse exercício de reflexão numa época em que as contradições desfilam diante de nossos olhos, pois tivemos em 2014 a proliferação de eventos lembrando os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, tivemos a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade e atualmente temos manifestações políticas exigindo um novo Golpe Militar. Essas contingências históricas inevitavelmente vão surgindo ao longo da nossa pesquisa, exigindo de nossa parte certa dose de ceticismo e imparcialidade científica para evitar esboçar qualquer tipo de conclusão precipitada. No entanto, é inegável o relevo que ganha o papel das ações educativas nesse cenário e é nossa intenção tentar compreender as particularidades do Memorial da Resistência enquanto instituição educativa e identificar seu alcance, os limites de sua atuação e as possibilidades de uso do seu espaço. Principalmente no que se refere ao diálogo com educadores, iniciativa que busca ampliar tais discussões para

além dos espaços do memorial, para que se torne assunto em sala de aula, pois isso define a multiplicação desses conhecimentos e estimulam o debate do tema.

A abordagem dessas práticas educativas ocorre pela consideração da construção da memória a partir de referências espaciais, isto é, um ponto de referência e encontro que permite o diálogo e participação pública na construção coletiva da democracia. Uma prática socioespacial que representa o compromisso com a justiça de transição, por meio de reparação simbólica às vítimas da ditadura e na construção de garantias da não repetição do passado.

É importante tentar desvendar as possibilidades de apropriação e uso do espaço urbano percebido na escala do cotidiano, a partir da perspectiva da produção do espaço, em direção ao que podemos chamar de direito à memória.

Isso envolve uma discussão sobre os mecanismos de preservação do patrimônio e os conflitos ideológicos e econômicos inerentes, bem como as diferentes interpretações do passado que revelam as tensões no tecido do discurso histórico, memórias silenciadas e latentes que geram disputas e negociações pela memória.

A metodologia de pesquisa consistiu, num primeiro momento, de levantamento sobre os trabalhos previamente realizados sobre o Memorial da Resistência e a partir disso identificamos a necessidade de nos debruçarmos com maior atenção sobre as ações educativas realizadas pela instituição. Num segundo momento, priorizamos a participação nos cursos oferecidos no âmbito das ações educativas, com ênfase no “Encontro com Educadores” e “Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania”, a partir daí estabelecer uma rede de contatos com educadores interessados em trabalhar em sala de aula com os conteúdos apresentados nos cursos e acompanhar o desenvolvimento dessas atividades bem como seus resultados com o intuito de verificar o alcance de um discurso não-hegemônico, e as dificuldades enfrentadas ao se trabalhar com esses conteúdos.

Capítulo 1 – Memória Política

1.1 Da produção do espaço ao direito à memória

Nossa discussão se inicia no âmbito da produção do espaço, buscando identificá-lo como espaço-mercadoria, aversivo ao corpo, que ergue impedimentos para a realização plena do direito ao uso, da apropriação destes espaços pelas pessoas. Há uma restrição de ocupação do espaço pelo corpo, privilegiando-se um espaço ocupado por instrumentos e aparelhos que atuem ativamente na aceleração do tempo de reprodução do capital. É possível, assim, pensar num espaço urbano que se apresenta como fragmentado, homogêneo e hierarquizado mas que possui algumas chaves de compreensão que possibilitam a construção de um conhecimento sobre o urbano.¹

O paradigma que está posto busca favorecer a reprodução das relações sociais de produção através da produção de um espaço estrategicamente pensado para que tal condição de realize. Essa dinâmica gera um espaço repleto de contradições no que se refere às estruturas espaciais necessárias para a realização da vida em suas múltiplas camadas e as estruturas espaciais que garantem essa reprodução das relações sociais através de uma prioridade dada às necessidades econômicas em detrimento das necessidades sociais.

O plano social, portanto, se confunde com as esferas econômica e política, estas priorizando a reprodução do capital através da produção de um espaço que é condição, meio e produto para a realização do valor de troca (plano econômico) garantido por estratégias de segregação (político), eclipsando assim a realização prática da vida social em seu sentido mais essencial, que seria a apropriação e uso do espaço por meio de uma atividade, de uma prática socioespacial que permite a constituição da identidade e sustentação da memória, permitindo assim a constituição humana como tal. Nesse sentido, a finalidade da produção do espaço capitalista seria alcançar maiores taxas de lucro em detrimento do usufruir.

Considerando que a metrópole só pode ser apreendida parcialmente, estamos interessados em analisar uma prática socioespacial que se apresenta enquanto resistência

¹ As ideias esboçadas neste momento são desenvolvidas com maior propriedade no livro *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994, da geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos.

às estratégias de segregação postas. Nesse sentido, consideramos que o lugar caracteriza-se como categoria de análise fundamental por servir como ponto de referência e encontro, permitindo o diálogo, a participação pública e a construção coletiva da democracia. Na esfera dos estudos sobre a memória política, o lugar aparece enquanto suporte para a memória.

Independente de sua localização, sua arquitetura monumental e as transformações físicas que sofreu, o prédio do Largo General Osório é um **suporte de memória** extremamente importante. É, pelo arripio que se sentia e se sente ao escutar essa palavra 'DOPS'. É, pelos relatos do que aconteceu lá. É, pela centralidade que tinha no período militar. Pela história e pelas memórias que ele suporta para além de ter sido a segunda estação, armazém e escritórios da E. F. Sorocabana, ele é negação e ruptura. É uma 'marca da memória' cravada no espaço urbano. (ANTONINI, 2012, p. 66) (grifo nosso)

Desse modo, o prédio onde está instalado o Memorial da Resistência nos interessa particularmente, sobretudo as atividades educativas que lá são realizadas. Buscando entender o lugar como materialização da globalização, isto é, mediação entre local e global:

...o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o *lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS, 2007) (itálico no original)

A especificidade do local reside em sua história, as relações que ali se estabeleceram, ao passo que a articulação com as influências do mundial se descortinam por influência de processos mais amplos de espetacularização da cultura, isto é, as políticas de preservação do patrimônio histórico estão inseridas no movimento de reprodução do espaço urbano:

Se as políticas analisadas fazem parte do movimento de revalorização do Centro de São Paulo que visa reinseri-lo no circuito de valorização em âmbito local e impulsioná-lo como centro de comando na rede de cidades mundiais, a Cultura e o patrimônio cultural afirmados nessas políticas serão também majoritariamente definidos dentro da esfera do negócio. O patrimônio cultural é tratado como suporte cenográfico de uma cultura que está centrada no entretenimento, ambos como instrumento para valorização (ANTONINI, 2012, p. 40)

Nessa perspectiva, essa cultura que se transforma em entretenimento se converte em objeto de consumo e elemento fundamental nas estratégias de gestão das cidades, destacando o papel do Estado como fundamental na reprodução socioespacial da cidade. Desse modo, as políticas de preservação podem ser interpretadas como uma tentativa de reinserção de espaços desvalorizados no processo de valorização através do capital imobiliário.² Esses instrumentos para valorização revelam uma característica da vida na cidade, que é constituída do acúmulo de contradições, que é imposta pela lógica de reprodução da sociedade capitalista, que transforma sujeito em consumidor, e portanto, nega a realização da vida em suas múltiplas determinações, tais como o exercício da liberdade, acesso ao lazer e, acima de tudo, o acesso e apropriação do espaço pelo corpo.

A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perec é o nó vital, imediato visto, pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura. Modos de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do meio, da relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso, pelo corpo. (CARLOS, 2007)

Podemos pensar que a produção de um espaço inóspito ao corpo é reflexo de uma sociedade inóspita ao indivíduo, onde direitos são violados e o uso dos espaços é proibido e reprimido. Os espaços públicos existem para serem vistos e atraírem investimentos externos e não para serem usados. Os *usadores* convertem-se em consumidores, e a diferenciação socioespacial apresenta-se como produto e também condição do desenvolvimento capitalista. Construir uma compreensão que justifique a realidade posta só é possível elucidando essas contradições, levando-se em conta as condições socioespaciais nas quais a metrópole constitui-se no século XXI, e apresentando os caminhos possíveis.

Além disso, partindo-se do pressuposto de que as relações sociais se realizam enquanto relações espaciais, e de que as relações sociais são imprescindíveis para que a

² Ver SANTOS, C. R. S. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: *Revista CIDADES*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 101-122, 2006.

vida humana se concretize como tal, acreditamos que o conceito marca da memória permite inserir mais um nível de análise, revelando uma relação particular que implica conflitos e disputas, isto é, uma dimensão no nível do cotidiano.

Entretanto, ao se tratar de um local reconhecidamente carregado de significados, ele deixa de ser apenas um espaço físico ou geográfico e se transforma em “lugar de memória”, com sentidos e sentimentos para os que o viveram. Isto porque, a marca territorial nada mais é que um suporte para o trabalho de reconstituição do passado. (NEVES, 2011, p.7)

Logo, pensando no lugar de memória inserido num contexto de políticas de revalorização do centro de São Paulo, numa perspectiva que identifica a cidade como negócio, e que se manifesta no nível do cotidiano, algumas considerações se fazem necessário.

Pensar na mediação entre local e global implica na instalação de uma vida cotidiana que surge como prática real e possibilidades virtuais:

Se pensássemos em escalas geográficas poderíamos dizer que o cotidiano é mais presente ou melhor, dá maior visibilidade à ordem do lugar, da vida, mas como ele se repete, enquanto uma tendência da mundialização, em vários lugares, o cotidiano se torna global, ainda que algumas particularidades permaneçam e marquem determinados lugares, mas sem deixar de fazer parte da mesma lógica de reprodução da sociedade capitalista moderna. (ALVES, 2007)

O cotidiano é construído afim de garantir a reprodução das relações sociais através do consumo dirigido para a reprodução da lógica da mercadoria, ao passo que a vida cotidiana é composta de vários planos (espaço-tempos) submetidos ao mundo da mercadoria mas também de possibilidades latentes. Estaremos especialmente interessados nessas possibilidades latentes da vida cotidiana que se expressam, não sem dificuldade, na ampliação do acesso à cultura e criação de um ponto de encontro para discussão de questões relacionadas à educação para a cidadania, mesmo que esse mesmo processo represente essas políticas de espetacularização da cultura com objetivos bem definidos.

O espaço urbano como suporte para a memória sustenta também uma noção de identidade, uma condição de estabilidade perante o mundo exterior. Identidade individual atravessada por identidades coletivas (classes sociais, formações sócio-territoriais, religiosidade) e por referências históricas capazes de apoiar sentimentos de pertencimento ao grupo e coesão social.

A constituição dessa identidade não pode ser comprada (como pretendem nos fazer crer a propaganda e o marketing), pois ela surge a partir de uma relação contraditória entre o público e o privado, isto é, a produção social do espaço e apropriação privada dos lucros. Uma possibilidade é a identidade criada a partir de práticas socioespaciais, do encontro, da troca de experiências em espaços públicos. Nessa perspectiva de análise, surge a necessidade de superar os padrões de ocupação do espaço impostos cotidianamente (espaços para serem vistos, espaços de circulação), buscando formas radicais de apropriação dos espaços que permitam assim o encontro.

Memória e identidade individual relacionam-se com a experiência ontológica, com a dimensão do vivido (espaço vivido) pois criam-se experiências concretas, reais, produzidas pela relação espacial. Já a memória coletiva é construída numa escala temporal mais ampla, atravessando gerações e permitindo a memória do não-vivido: *“Por tudo isso, memória e identidade são fundamentais para indivíduos e sociedades e é o direito a memória e identidade que dá origem às políticas públicas de preservação do patrimônio histórico-cultural.”* (Mesentier, 2006)

Pois é por meio do patrimônio histórico-cultural, enquanto referência cultural e representação de experiências do não-vivido, que torna-se possível a construção de memórias coletivas capazes de preencher de significado histórico as memórias individuais, e isso se dá por intermédio do lugar, uma vez que a memória pode ser mobilizada por suportes materiais espaciais.³

1.2 Mobilização da Memória

Reconhecemos como ponto de partida para essa discussão a plasticidade da memória e a mutabilidade dos artefatos culturais. O passado objetivo está subordinado à subjetividade da percepção concreta e complexa do presente, a memória é em essência seletiva e depende dos estímulos ambientais (incluindo aí, estímulos espaciais) para selecionar o que será recordado. A relação do corpo com o passado é portanto mediada pela memória e o futuro pode ser construído através da ressignificação do passado.

...a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas

³ Essa ideia foi desenvolvida no Capítulo IV – A memória coletiva e o espaço do livro *A memória Coletiva* de Maurice Halbwachs, São Paulo: Centauro, 2006.

presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 1994, p.9)

Nesse trecho a autora retoma o modelo em formato de cone de Bergson⁴ em que nossa relação com o presente depende da experiência passada, ao mesmo tempo em que nossa experiência passada pode ser transformada a partir do contato com o presente. Trata-se de um movimento dialético que irá sustentar o que chamaremos de resignificação do passado. Outro elemento que deve ser destacado é o papel desempenhado pelo corpo, pois é por meio dele que nos apropriamos do presente:

Apesar da diferença entre o processo que leva à ação e o processo que leva à percepção, um e outro dependem, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre no momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente. (Bosi, 1994, p.7)

Um corpo que se move e se relaciona com o espaço e com os lugares, este é um elemento central para nossa análise ao lado do reconhecimento da memória como conservação do passado. Passado que “...sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente.” (Bosi, 1994, p.15)

Nesse cenário, podemos pensar que a fundação das sociedades dependem da criação de uma ilusão de passado compartilhado, de forjar uma identidade nacional. Pessoas formam comunidades por partilharem experiências com seus vizinhos, e os eventos comemorativos tornam-se rituais de celebração e recordação. Entretanto esse processo torna-se passível de ser problematizado quando encontramos divergências em relação à versão do passado que deve ser preservado. Vozes dissonantes irão traçar processos históricos distintos, além disso, as lembranças individuais se agrupam de acordo com uma influência social, uma formação ideológica:

A comunidade familiar ou grupal exerce uma função de apoio como *testemunha e intérprete* daquelas experiências. O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado. (Bosi, 2003, p. 54) (grifo no original)

⁴ Henri Bergson, *Matière et mémoire*. Paris: PUF, 1990

Esses elementos de escolha e rejeição são atualmente definidos dentro da esfera do patrimônio. A construção da história não se dá sem conflitos. Lutas e disputas políticas são necessárias para se definir objetos e eventos a serem preservados.

Nesse sentido, podemos dizer que a construção de uma base comum sobre a qual convergem memórias coletivas e individuais está longe da realidade. O que se tem são disputas e negociações. A memória coletiva está sujeita a seletividade segundo critérios inexatos, mostrando e escondendo relações. A partir do espaço, dos lugares de memória, cria-se um suporte para uma narrativa histórica considerada oficial, porém ela não é única, é constituída de múltiplas vozes das quais apenas uma é eleita, dando margem para que transformações no espaço resultem em transformações nessas narrativas.

O movimento das políticas públicas para a área central de São Paulo mostra um processo extremamente segregador e excludente tanto como consequência quanto como próprio fundamento das mesmas. Se as políticas culturais e de preservação e/ ou recuperação do patrimônio cultural fazem parte de uma tentativa de retomada da valorização dessa região a partir de projetos grandiosos e elitistas, que memória é, então, guardada na cidade? Trata-se da seleção das memórias e histórias que devem ou não ser mantidas no espaço, mostrando (e escondendo) determinadas relações sociais. Que narrativa histórica se cria? Se ela mesma é fruto e geradora de segregação sócio-espacial, é memória de quem? (ANTONINI, 2012, p. 44)

Percebe-se assim, o lugar de destaque da ideia de ressignificação, enquanto redefinição de memórias e identidades, reestruturando também hierarquias e condições de hegemonia, processo que envolve uma disputa política e econômica:

Constituídos em lugares de memória, a declaração de preservação oficial de um espaço de repressão configura um avanço no reconhecimento de abusos cometidos pelo mesmo Estado em períodos anteriores. Por isso, transformar estes locais em “lugares de memória” é, antes de tudo, um ato político que guarda contradições e disputas em si, porque se trata de escolher uma ou algumas dessas memórias em detrimento de outras. (NEVES, 2014, p. 207)

1.3 Memorial enquanto relíquia e luto público

Sem intenção de nos prolongarmos muito nessa análise, acreditamos que algumas contribuições da psicanálise sobre memória e trauma são essenciais para nossos propósitos, principalmente no que se refere à impossibilidade de lembrar de tudo. Ser incapaz de esquecer também pode ser uma experiência traumática, é insuportável e impossível. Buscaremos demonstrar como o discurso “Jamais esquecer” implica um equívoco, pois uma concepção cognitiva de memória engloba tanto a lembrança quanto o esquecimento. Nesse sentido, o Memorial ganha importância, pois é um espaço físico que mantém a lembrança, permite acessá-lo com o corpo quando se necessita lembrar, e esquecê-lo em outros momentos.

As a result, the memorial operation remains self-contained and detached from our daily lives. Under the illusion that our memorial edifices will always be there to remind us, we take leave of them and return only at our convenience. To the extent that we encourage monuments to do our memory-work for us, we become that much more forgetful. In effect, the initial impulse to memorialize events like Holocaust may actually spring from a opposite and equal desire to forget them. (Young, 2007, p. 181)⁵

Não é possível lembrar de tudo a todo momento, e como demonstrou Ecléa Bosi, a memória é em essência seletiva e depende dos estímulos ambientais para selecionar o que será recordado. Os monumentos e memoriais aliviam esse fardo e permitem aos observadores esquecer sem culpa, pois são memórias que serão resgatadas em situações de interação com esses lugares. Essa situação se agrava quando estamos tratando de memoriais que remetem à épocas traumáticas, afinal desejamos esquecer o Holocausto, relutamos em resgatar memórias de uma ditadura repleta de tortura, assassinato e desaparecimentos.

Uma reinterpretação psicanalítica das lutas pela memória incorpora um sentido dialético entre lembrança/esquecimento, a dicotomia seria injusta. No entanto, nos

⁵ “Como resultado, a operação do memorial permanece autocontida e descolada da vida cotidiana. Sob a ilusão de que os nossos memoriais estarão sempre lá para nos lembrar, nós nos distanciamos e nos aproximamos somente pela nossa conveniência. Ao ponto de nós encorajarmos os monumentos a realizar nosso trabalho de memória no nosso lugar, nos tornamos assim muito mais esquecidos. Com efeito, o impulso inicial de lembrar eventos como o Holocausto pode assim brotar de um desejo oposto e igual de esquecer.” Tradução livre do autor.

contexto das lutas pela memória (ou lutas contra o esquecimento?) o esquecimento é visto como alienação, cumplicidade às violências.

A lembrança difícil e traumática impede a recordação e impede o esquecimento. Esse quadro de impossibilidade de lembrar o que não pode ser esquecido gera uma tensão passível de ser preenchida por padrões de repetição. Para o traumático não há reparação.⁶ Indenizações não levam ao *status quo ante* (condições anteriores aos eventos traumáticos). A única alternativa que então se apresenta são os trabalhos de memória enquanto reparação simbólica, especialmente os testemunhos com peso de verdade privada direcionada ao público. Esse valor simbólico é muitas vezes subestimado.

Podemos identificar em Freud (Luto e Melancolia, 1915) certo pioneirismo na análise do luto privado. Nessa obra é proposto um modelo em que, após a perda de um objeto ao qual se estava ligado, é necessário o trabalho de luto individual, que consiste no recolhimento e investimento psíquico voltado para o Eu de toda libido que estava antes direcionada ao objeto, buscando a reconstituição narcísica do Eu. O luto é a clareza de que houve uma perda, e o reinvestimento em novos objetos só é possível se o Eu for recomposto por esse trabalho de luto. Nessa perspectiva, os objetos são substituíveis.

Em que consiste o trabalho realizado pelo luto? Não me parece descabido expor esse trabalho da forma seguinte. O exame da realidade mostrou que o objeto amado não mais existe, e então exige que toda libido seja retirada de suas conexões com esse objeto. [...] Cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto é enfocada e superinvestida, e em cada uma sucede o desligamento da libido. [...] Mas o fato é que, após a consumação do trabalho do luto, o Eu fica novamente livre e desimpedido. (Freud, 2011, p.129)

Jean Allouch critica esse texto metapsicológico de Freud, que se consagra como versão dominante entre as teorias que discutem o luto, pois se tem interpretação do trabalho de luto quase como prescrição médica com um componente moral, isto é, a *elaboração* psíquica implica no trabalho de luto como um dever. Freud também não considera as variações históricas do luto como as funções públicas do luto, a necrofilia, o luto enquanto experiência erótica, etc.

⁶ As perspectivas apresentadas aqui tiveram grande contribuição do Seminário “*Memória, Memoriais e o Futuro das Democracias*” realizado em Novembro de 2014 pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo que buscou expor contribuições recentes das pesquisas sobre construção, consolidação e preservação da memória social e política em diversos países e no Brasil.

Além disso Allouch introduz a ideia de que o trabalho de luto é beneficiado pelo reconhecimento dos objetos e pessoas enquanto insubstituíveis. Esse processo se consolida por meio de rituais de celebração que fornecem uma dimensão pública ao luto, conferindo singularidade à uma experiência de morte. O sucesso ou fracasso do trabalho de luto depende de como o enlutado se relaciona com o meio social. Essa face pública orienta o sujeito no redesenho de sua representação de si após a perda de um objeto narcísico, ao mesmo tempo em que preserva sua memória.

Pois, reparemos, não se trata aqui, pelo menos não diretamente, do objeto substitutivo por excelência, do objeto da pulsão, mas, de fato, de um ser querido, de uma “pessoa amada” (Luto e melancolia, p.5), ou de algo equivalente, diz Freud de imediato. Será que uma pessoa amada se substitui? Que concepção temos de amor para nem que fosse imaginar como possível tal substituição? (Allouch, 2004, p.68)

Esse processo é essencial para lançar o sujeito num “vir a ser”, preparando-o para experiências futuras de investimento libidinal. A apropriação da experiência de perda prepara o sujeito para futuras experiências com outros objetos (que inevitavelmente também são insubstituíveis e passíveis de se perderem).

O reconhecimento dos objetos como insubstituíveis é adotado por Pierre Fédida, que propõe uma maior complexidade ao modelo freudiano ao introduzir a ideia de Relíquia: um traço de materialidade que contribui para que o luto aconteça, produzindo o efeito de resquício:

Nem talismã, nem fetiche, a relíquia atesta entretanto – apoiando-se na prova da realidade – que apesar de um saber sobre a separação, é preciso acreditar que alguma coisa subsiste. O objeto-relíquia tem sucesso em sua função de luto mistificado ao preço de um jogo de inversões. (Fédida, 2003, p.53)

O luto ocorre quando se produz concordância com a morte através da singularização do morto reconhecendo-o como insubstituível, um caráter essencial das relações de objeto. No diálogo com os dados objetivos da realidade, percebe-se que o luto não é tão simples quanto Freud imaginava, pois há um “resto”, uma representação material ou “relíquia” que facilita a transição da experiência traumática (objeto retirado do uso comum e imobilizado como objeto de culto), pois carrega a vantagem de manter a lembrança viva. A relíquia, portanto, sacraliza a lembrança do desaparecido, um fragmento que permite o esquecimento (sem culpa).

Se, como sugere Freud, o trabalho de luto deve levar o Eu, no final de uma rebelião, a aceitar o rigoroso veredicto da realidade, a relíquia toma sentido pelo desejo de conservar alguma coisa daquilo do qual nos separamos sem, por isso, ter que renunciar a essa separação. (Fédida, 2003, p. 52)

Nesse sentido, a Memória não é apenas um conjunto de lembranças registradas passivamente, mas implica um trabalho ativo de memória capaz de construir um acervo, um tesouro, um relicário. Um memorial.

Paulo Endo, num estudo psicanalítico sobre a violência e memória social vai além, resgatando o princípio de objetos insubstituíveis, dentro do obscuro debate da dialética da lembrança e do esquecimento. Lembrar sempre pode ser tão insuportável quanto esquecer. No contexto das lutas pela memória, o esquecimento é sinônimo de alienação, emudecimento.

Portanto, os denominados locais de memória (Assman, 2011)⁷, como locais estáticos por sua própria natureza física e imóvel, apontam “[...] para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores de recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos” (Assman, 2011, p.317). Neles parece ser assegurada, ao mesmo tempo, a possibilidade de lembrar e a possibilidade de esquecer e indicada a impossibilidade de tudo lembrar e de tudo esquecer. De muitas maneiras, neles, estaria assegurado o dever de lembrar. [...] Os locais de memória aguardam e mesmo exigem algum esforço, um deslocamento físico até os locais de memória e seus arquivos. Eles esperam, em latência, por aqueles que desejam lembrar. (Endo, 2013, p.49)

Os memoriais assumiriam função de relíquia ao se estabelecerem como objeto que permite o culto àqueles que se foram e reconhecem os mortos e torturados como insubstituíveis. Assume também dimensão pública enquanto reparação simbólica às vítimas e parentes de vítimas, contribuindo para que o luto aconteça pelo reconhecimento coletivo e singularização dos mortos e desaparecidos. Trata-se, portanto de uma marca espacial que permite o esquecimento sem culpa.

Podemos lembrar, nos memoriais e nos acervos, do que gostaríamos de lembrar ou do que gostaríamos de esquecer. Ir a um memorial ou perscrutar um acervo é ao mesmo tempo uma luta íntima, em boa parte desconhecida, que coloca em xeque a difícil inscrição do sujeito em sua

⁷ ASSMAN, A. *Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.

própria história a partir do encontro com histórias que, ao mesmo tempo, o ultrapassam e lhe pertencem. [...] A peregrinação aos memoriais revelaria, então, um pacto renovado com a memória: se quisermos, podemos lembrar e, depois, podemos esquecer. O esquecimento aqui não seria coevo, análogo ou efeito da destruição e da eliminação. Pode-se esquecer, porque os memoriais ainda estarão lá, fisicamente insistentes e ancorados, para nos fazer lembrar. Zeladores que são da preservação da dialética do lembrar e do esquecer e, como tais, da celebração incontestada da memória, não apenas porque permitem lembrar, mas também porque possibilitam esquecer. (Endo, 2013, p.49)

Podemos completar essa ideia com a importância do memorial se instalar no lugar onde ocorreram os crimes, lugares carregados de sentidos:

[...] a memória topográfica se conecta a uma memória imagética, possibilitando a conexão das ideias a imagens, e estas a locais conhecidos, resultando numa profunda ligação entre memória e espaço. [...] A existência física do lugar é um testemunho privilegiado que descreve aquilo que não pode ser traduzido somente com palavras, tornando presente aquilo que está ausente. *O espaço é em si mesmo um fragmento do passado que se conserva.* (NEVES, 2014, P. 201) (grifos no original)⁸

⁸ Ver SELIGMANN-SILVA, M. Apresentando a questão. In: *História, memória e literatura. O Testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

Capítulo 2 – Patrimônio: Campo de disputas

2.1 A ocupação do espaço público pelas memórias subterrâneas

Pensando no patrimônio cultural, enquanto referência e representação de experiências do não-vivido, o patrimônio é aqui abordado a partir de uma interpretação que leva em consideração os conflitos intrínsecos do processo de preservação e que revelam o caráter dinâmico e de construção permanente dos significados.

Dentro dessa perspectiva, identificamos o espaço de um memorial como um lugar que deve ser apreendido pelo corpo, que possibilita o luto público, e oferece a oportunidade de esquecer sem culpa, relíquia que facilita a transição da experiência traumática. Além disso, o memorial deve ser entendido como local de encontro que permite a construção de práticas socioespaciais voltadas para a (re)significação das memórias coletivas por meio de interações com um espaço simbólico estrategicamente organizado.

Estes locais não são socialmente entendidos como construções edilícias presentes na paisagem urbana de suas cidades de forma aleatória. **São antes locais referenciais para os habitantes**, seja por sua inserção geográfica, seja pela história a que eles remetem, e por isso, **a compreensão das intervenções e destinações deles explicita muito acerca da forma como a sociedade lidou com sua presença no espaço físico e no imaginário social**. (NEVES, 2014 p10) (grifo nosso)

Nesse trecho, a autora refere-se principalmente às intervenções físicas no edifício do antigo DEOPS que resultou na descaracterização dos seus espaços, apagando uma parte importante da história política de resistência do período da Ditadura Militar.

No caso do DEOPS, tratou-se de uma intervenção entendida pelo Ministério Público Estadual como criminosa, que modificou não só a estrutura do patrimônio tombado como apagou vestígios da ocupação carcerária num momento em que a volta à democracia já completava 10 anos – sintoma de que a democracia é uma construção diária. (NEVES, 2014, p. 124)

Mais detalhes sobre esse processo podem ser conferidos no *Capítulo IV – O tempo e os lugares, pretérito, presente, futuro*, da dissertação da historiadora Deborah Neves onde realiza uma análise documental detalhada. Nesse sentido, é possível compreender essas modificações como resultado da própria política da revitalização por meio da instalação de equipamentos culturais, um mecanismo de captação de recursos para requalificação da área.

No caso do Antigo DOPS, a necessidade de celeridade na realização do tombamento, visando obter financiamento para as obras de adaptação no prédio foi o elemento principal para que se prescindisse de uma fundamentação técnica. O processo se arrastava havia mais de 20 anos no órgão e a justificativa que o prédio fosse tombado no momento em que o foi parecia ser convincente, por seu apelo à utilização cultural. Entretanto, a ausência de discussão com a sociedade e de um parecer técnico consistente gerou um instrumento de proteção que fragilizou sua preservação, resultando em mutilações do bem (NEVES, 2014, p. 119)

A tentativa de silenciamento tornou-se então alvo de destaque, pois revela os sujeitos envolvidos e os significados que estes julgavam necessário preservar ou apagar, ou seja, de acordo com interesses específicos, os fatos do passado podem ser distorcidos. Há uma certa ideologia dos silêncios propositais.

As dificuldades para romper a herança histórica da dominação e do preconceito vinculam-se às dificuldades de romper o silêncio imposto ao passado, impedindo que a sociedade supere seus medos e desvende sua memória. O esquecimento do período ditatorial inclui-se neste modelo de dominação, na medida em que pretende manter apagada toda a informação anteriormente censurada. O ato de apagar a memória está vinculado ao esquecimento, à confusão de vestígios e ao encobrimento da verdade. (VIOLA; PIRES, 2013, p.336)

O traumático sobrevive no inconsciente coletivo e é transmitido mesmo no silêncio. Silêncio esse que acompanha as vítimas, mas que é diferente de esquecimento (destaque para a importância dos testemunhos como legado para as próximas gerações, que busca evitar o esquecimento, além de compor o trabalho de reinterpretação do passado que exige credibilidade dos discursos). Instala-se, portanto, uma dicotomia entre memória coletiva subterrânea, silenciada e uma memória coletiva oficial que é organizada e imposta por uma ideologia específica:

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e /ou política.

Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (Pollak, 1989)

É necessário realizar a passagem do não-dito à reivindicação. Segundo Pollak, toda sociedade possui um fundo comum de referências que irá sustentar discursos políticos e sobre o qual se constrói a memória nacional. Tentativas de ressignificação da história devem atuar sobre esse fundo de referências, e as transformações que ali se aplicarem deverão reverberar sobre as outras esferas.

É o caso de momentos políticos singulares de transição, como o caso que nos interessa particularmente, isto é, a transição de uma ditadura militar para um regime democrático. Após um longo período de repressão e censura, temos a emergência da possibilidade de ouvir as vozes que foram silenciadas, além disso, de preservar as memórias subterrâneas. Processo este que não ocorre sem tropeços, como veremos.

Temos então um movimento que permite o surgimento de memórias proibidas ou clandestinas. A ocupação do espaço público pelas memórias subterrâneas, acompanhadas de reivindicações são os elementos que compõem um quadro de contestação da versão “oficial” da história:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória Oficial’, no caso a memória nacional. (Pollak, 1989)

2.2 Reparação simbólica no contexto de Justiça de Transição

Como vimos no capítulo anterior, “Para o traumático não há reparação”, desse modo, as medidas de reparação adotadas buscariam, no limite, reconhecer a responsabilidade do Estado e tentar retirar da experiência uma lição para as futuras gerações. Tendo isso em vista, devemos portanto nos debruçar, para os fins que aqui nos interessam, sobre as políticas de reparação de danos causados por regimes autoritários, num contexto de Justiça de transição.

Esse processo pode se dar tanto sob a forma de reparação individual, de caráter econômico, buscando compensar às vítimas pelas atrocidades cometidas mediante uma soma em dinheiro, quanto sob a forma de reparação simbólica e coletiva, seja pelo

reconhecimento concreto da responsabilidade do Estado (uma vez que as perseguições, torturas e assassinatos foram perpetrados por funcionários públicos), seja por meio de gestos de reconhecimento formal desses símbolos (tombamentos), legitimando-os e oferecendo um sentido social a esses Lugares de Memória. Entretanto, é generalizada a ideia de que se trata de uma justiça de transição tímida, amenizada, pois não há a criminalização dos responsáveis e nem punição dos autores de atrocidades:

O modelo de transição política adotado no Brasil, mediante um “amplo acordo” imposto desde cima pelo governo militar à sociedade civil, retardou sobretudo as discussões públicas e o reencontro da sociedade brasileira com o seu passado. A tentativa de impor o esquecimento não só impediu a superação da violência originada no Estado como, ainda agora preserva desconhecidos os centros de tortura que existiam tanto em prédios das Forças Armadas como em lugares clandestinos, nos quais a cidadania foi mantida sequestrada e o terrorismo de Estado matou e fez desaparecer. (VIOLA; PIRES, 2013, p.335)

A administração da memória inconveniente para a construção da democracia pós ditadura é sempre difícil. Na base dos discursos encontramos uma ênfase maior no direito à verdade, não correspondendo no entanto, num direito à justiça. Percebe-se um tom pretensamente apaziguador.

No PNDH3, a Diretriz 24 (*Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade*) indica a criação e manutenção de museus, memoriais e centros de documentação sobre a resistência à ditadura como uma ação para cumprimento do objetivo estratégico de incentivar as iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários. [...] No presente artigo, argumenta-se que a criação e o funcionamento de Lugares de Memória constituem uma iniciativa pouco explorada pelos pesquisadores e defensores dos direitos humanos, mas que assumem um enorme potencial e um lugar de destaque na transição e consolidação democráticas ainda incipientes do Brasil. (SOARES; QUINALHA, 2011, p.77-78)

Configura-se, desse modo, a ideia de reparação material e simbólica às vítimas e famílias de vítimas do regime autoritário, que se materializa no prédio do antigo DOPS e atual estação Pinacoteca, por meio da instalação do Memorial da Resistência.

Entendemos que os Lugares de Memória são um recurso fundamental para a efetividade dos direitos humanos e, no ordenamento jurídico brasileiro, podem ser tratados como bens culturais destinados à reparação simbólica das vítimas e à produção de conhecimento para a sociedade. (SOARES e QUINALHA, 2011)

A memória não deve ser compreendida como restauração do passado, preenchimento de lacunas das narrativas, mas como geradora do futuro através da ressignificação do passado. Uma noção de continuidade histórica, reconhecimento de erros no presente para a projeção de um futuro preocupado em assegurar a *não repetição* desses erros. Inclusive, este será um mote bastante presente nas preocupações das ações educativas desenvolvidas pelo memorial.

Talvez seja apropriado fazer aqui um pequeno parêntese e comentar rapidamente um fenômeno recente no cenário político brasileiro. Nos anos de 2014 e 2015, as formas de oposição ao governo federal ganhou bastante visibilidade, principalmente por ser apoiada pelos grandes meios de comunicação. Uma particularidade dessas manifestações, é que alguns setores possuem bandeiras exigindo uma intervenção Militar e volta da Ditadura, justificada como uma forma de resolução dos problemas atrelados à corrupção.

Muitas são as hipóteses que poderíamos levantar para tentar compreender esse cenário. Dentro do debate em torno da nomenclatura correta a ser utilizada para se referir ao período de 1964-1985, um dos conceitos que aparece é o reconhecimento da Ditadura enquanto Civil-Militar⁹, o que significa uma participação de agentes econômicos que financiaram e lucraram nesse tipo de regime, uma articulação entre o plano político e econômico. Revela-se, portanto, um quadro em que tais exigências não seriam tão inocentes quanto se poderia imaginar, trata-se de uma ideologia conservadora extremamente lúcida quanto às consequências desse desejo.

É plausível uma reação desses agentes em relação à publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade no final de 2014, que aponta na direção da responsabilização de todos os envolvidos.

Desse modo, para os fins que aqui nos interessam, somos levados a questionar a eficácia dos atuais mecanismos de Justiça de transição. Como é possível afirmar que há instrumentos de reparação social simbólica, comprometidos com a “não repetição”

⁹ Ver o relatório da Comissão Nacional da Verdade: Volume II – Textos Temáticos - Texto 8 - *Civis que colaboraram com a ditadura*

quando o referido período deixa de ser o fantasma de uma Ditadura Envergonhada¹⁰ para se tornar uma reivindicação?

Um projeto bem-sucedido deveria ser capaz de, no mínimo, constranger iniciativas dessa natureza, verdadeiro insulto à democracia e aos Direitos Humanos, não só à população do Brasil mas de qualquer país que tenha sofrido o mesmo tipo de barbárie. Poderíamos levantar a hipótese de que esse cenário é resultado da impunidade historicamente desfrutada por torturadores e assassinos, das graves violações de direitos humanos que não foram adequadamente denunciadas, criando-se as condições para sua reprodução. Tudo isso sustentado por uma esfera política negligente e uma mídia absorvida pela classe econômica dominante. Situação que clama por gritos escandalizados de horror e dá margem para a ampliação massiva e urgente das atividades de esclarecimento, de ressignificação histórica, de formação e conscientização.

Reforça-se, assim, a concepção bergsoniana de memória em que circunstâncias do presente são capazes de modificar, ou nesse caso deformar o passado, conferindo-lhe outros sentidos de tal modo que uma Ditadura Militar torna-se algo desejável.

Tal capacidade de transformação dos significados, supostamente o que deveria constituir-se como uma permanência imutável, um referencial na paisagem, acaba adquirindo diferentes sentidos, ao longo do tempo, as transformações no espaço revelam, portanto, o caráter relativo e eternamente em construção da memória, que se transforma conforme as reinterpretações aplicadas no presente de acordo com as intenções dos projetos de preservação. Segundo as intenções originais do Estado e as metamorfoses que sofrem, por vezes assumindo intenções contrárias às originais.

On the one hand, official agencies are in position to shape memory explicitly as they see fit, memory that best serves a national interest. On the other hand, once created, memorials take on lives of their own, often stubbornly resistant to the state's original intentions. (Young, 2007 p. 178)¹¹

¹⁰ Ver Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014

¹¹ “De um lado, agências oficiais estão em posição de moldar a memória explicitamente como lhes convém, a memória que melhor servir aos interesses nacionais. Por outro lado, uma vez criados, os memoriais ganham vida própria, frequente e teimosamente resistentes às intenções originais do Estado.” Tradução livre do autor.

A respeito das intenções originais do Estado, é importante destacar também um fato extremamente curioso, uma das conclusões da historiadora Deborah Neves. Sua análise documental de toda a trajetória do processo de tombamento do prédio revela a carência de estudos técnicos, vistorias ou mesmo qualquer reflexão sobre o uso do prédio durante a ditadura e a finalidade do tombamento. Privilegia apenas a importância arquitetônica em detrimento do valor histórico, com uma menção superficial à ocupação do prédio pelo DEOPS.

Assim, ao contrário do possível entendimento de que o local fora preservado dado o seu caráter histórico, sendo pensado como um “lugar de memória”, carregado de sentidos e significados, o tombamento do edifício do DEOPS não tem qualquer nexo com a preservação e/ou construção de uma memória sobre a ditadura. (NEVES, 2014, p. 105)

Demonstrou-se que a iniciativa de preservação não foi uma empreitada do governo, mas resultado de ações isoladas de diferentes órgãos e agentes políticos. A transição para a democracia não foi um elemento considerado nos debates que levaram ao tombamento do prédio.

No entanto, o Memorial, enquanto instrumento de sensibilização e educação irá conduzir dinâmicas próprias de acordo com o período histórico, à gestão do governo do estado, aos técnicos envolvidos, verdadeira mutabilidade de significados que são construídos diariamente.

Isso porque a preservação por meio do tombamento não se encerra em si, mas está ligada ao tipo de ocupação que os imóveis recebem. Vale salientar que a mera preservação do ponto de vista do material se mostra insuficiente para a produção do impacto social positivo que se pretende com tal. (NEVES, 2014, p. 122)

Vide por exemplo as mudanças de destinação do prédio e a passagem do nome de Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência que se deu graças a participação ativa nos debates do Fórum dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo: *“Aproveitando-se do patrimônio arquitetônico, este é recuperado esteticamente e, muitas vezes, a ele se conjugam novas funções, diferentes das de origem, de forma a contribuírem para o novo momento de crescimento econômico”* (ALVES, 2008)

Nesse sentido, ainda no âmbito da discussão sobre o patrimônio, cabe perguntar: Quem decide o que será preservado? Quais critérios são levados em consideração? O critério estético, arquitetônico, sem dúvida ocupa lugar de destaque no parecer técnico para tombamento. Entretanto, o passado recente de instituições como o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) revelam mudanças nessa perspectiva. Ampliou-se o conjunto de critérios utilizados para se considerar bens passíveis de serem tombados. Essa revisão incorporou desde bens culturais até a criação da denominação “Patrimônio natural”, um cenário muito influenciado pelos esforços de construção da ideia de patrimônio mundial:

Este processo fez parte de uma conjuntura de expansão mundial da questão patrimonial, que se deu a partir da década de 1960, ao qual Choay denomina *de metamorfose quantitativa do culto ao patrimônio*. Nele, ocorreu uma revisão de conceitos e de práticas, que ampliaram o significado de patrimônio cultural, do ponto de vista tipológico e do ponto de vista cronológico.(SCIFONI e RIBEIRO, 2006) (grifos do autor)

Porém, essa introdução de elementos históricos e políticos como critérios para definição de patrimônio não ocorre espontaneamente, pois é fruto de disputas entre agentes imobiliários, o poder público e os movimentos sociais, o que inevitavelmente gera certa tensão e conflitos de interesses:

Entretanto, analisando as práticas de proteção do patrimônio no Brasil em âmbito local, verifica-se que aparece uma outra forma de entendimento na qual este patrimônio manifesta-se como algo que é conquistado por meio da luta e da organização social, configurando um conceito ligado às práticas sociais e à memória coletiva .(SCIFONI e RIBEIRO, 2006)

Compreendemos assim, que a única forma de avançar na justiça de transição e romper com a lógica do silenciamento é por meio da multiplicação de ações que contribuam para reescrever a história, valorizando as memórias não-hegemônicas. É aqui que se insere as ações educativas que pretendemos avaliar.

Capítulo 3 - Educação para os Direitos Humanos

“Vocês têm uma missão: manter desperta a memória do povo. Lutemos para incluir essa história na ‘nossa história’ nas escolas”

Inscrição anônima no Livro de Visitas
do Memorial da Resistência

3.1 Educação Não-Formal

Classificação de difícil definição precisa, a distinção entre educação formal, não-formal e informal depende muito dos critérios utilizados e pode variar muito de acordo com o autor que a utiliza. Nos pautaremos aqui em duas definições gerais que acreditamos contemplar as demais. Primeiro, aquela definição baseada em um documento da UNESCO de 1972 “Learning to be – The Faure Report”:

Educação não-formal: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem (MARANDINO, 2008)

Percebe-se assim a contraposição em relação à educação formal, pautada no sistema seriado e na hierarquização, porém a educação não-formal mantém certa intencionalidade ao estruturar conteúdos específicos para um público pré-definido, diferente da educação informal, que ocorre de maneira espontânea na vida cotidiana.

A segunda aproximação baseia-se num quadro conceitual dos diferentes contextos educacionais (MARANDINO et al, 2008) e que explora a relação de *continuum* entre as diferentes formas de educação:

Contextos Educacionais		
	Formal ◀ ◀ ◀ ◀ ◀	Não-formal ▶ ▶ ▶ ▶ ▶ Informal
• Propósitos:	Geral, com certificação	Específico, sem necessidade de certificação
• Organização do conhecimento:	Padronizada, acadêmica	Individualizada, prática
• Tempo:	Longo prazo, contínuo, sequencial	Curto prazo, tempo parcial
• Estrutura:	Altamente estruturada, currículo definido, atividade determina perfil do aprendiz, baseada na instituição, avaliativa	Flexível, ausência de currículo, aprendiz determina perfil da atividade, relacionada à comunidade, não avaliativa
• Controle:	Externo, hierárquico	Interno, democrático
• Intencionalidade:	Centrada no educador	Centrada no aprendiz
	◀ ◀ ◀ ◀ ◀	▶ ▶ ▶ ▶ ▶

Desse modo, diferentes classificações serão possíveis de acordo com o critério que utilizarmos e da perspectiva que adotarmos. Por exemplo, se pensarmos a partir do critério “Organização do conhecimento” teremos uma educação padronizada e acadêmica no âmbito da educação Formal, e no outro extremos na educação Informal, o conhecimento é mais prático, individualizado, pertencendo à esfera do cotidiano e da transmissão cultural. O meio-termo entre esses dois contextos é que se encontra a educação Não-formal, sendo ao mesmo tempo acadêmica e prática, com uma intenção pedagógica mas que preza pela liberdade de aprendizado. Outras definições poderiam ser possíveis de partíssemos do critério “Controle” ou “Estrutura”, por exemplo.

Nesse cenário, nossos esforços em elaborar uma definição de educação Não-Formal se justifica pelo fato desse tipo de educação nos remeter diretamente para a dimensão comunicativa dos museus, que buscam aliar lazer com caráter educacional. Os museus como espaços de educação fazem parte de uma concepção recente de museus, que implicam estratégias de comunicação com os diferentes públicos:

Apesar dessas várias modificações na forma de expor os objetos e de estabelecer um relacionamento com o público, foi só a partir da segunda metade do século XX que os museus passaram a ser reconhecidos formalmente como instituições intrinsecamente educativas. Essa faceta dos museus surgiu quando os serviços educativos iniciaram o atendimento específico para os diversos públicos a partir da definição de objetivos pedagógicos precisos. (MARANDINO, 2008)

Buscando aliar objetivos pedagógicos precisos com o contato com públicos variados, um verdadeiro desafio se apresenta aos museus num sentido amplo. Um mesmo conteúdo deve ser trabalhado com indivíduos de diferentes faixas etárias provenientes de diferentes contextos e classes sociais. Uma alternativa muito usada são as placas e textos que auxiliam o visitante a melhor compreender a exposição ou mesmo a figura do mediador pois é ele o responsável em estabelecer o contato com o público, fazendo a mediação dos conhecimentos possíveis de serem trabalhados de acordo com o público visitante. *“Contudo, ao exercer a função de mediadores, todos assumem a tarefa de tornar o conhecimento produzido acessível aos mais variados públicos, despertando curiosidades, aguçando interesses, promovendo o contato com o patrimônio”* (MARANDINO, 2008)

3.2 Ações Educativas

Uma das principais preocupações das Ações Educativas do Memorial da Resistência é manter viva a memória da resistência e oferecer às gerações seguintes uma interpretação sobre o que ocorreu, permitir ancorar os visitantes numa linearidade histórica, na qual o Testemunho fornece um toque verídico, uma prova concreta dos eventos do passado. Essas Ações Educativas são divididas da seguinte forma:

- Visitas Educativas
- Encontro com Educadores
- Encontros de Aprofundamento Temático
- Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania
- Rodas de Conversa com ex-Presos Políticos
- Conhecendo o Deops/SP: História e Memória
- Contação de Histórias (Público Infantil)
- Memorial Para Todos (Acessibilidade)
- Materiais de apoio pedagógico (Folheto de Contextualização)

Optamos por debruçarmo-nos sobre a atividade “Encontro com Educadores”, em razão das possibilidades que se apresentam ao se desenvolver uma dinâmica da qualidade quase de um curso de formação para professores. Esse recorte ocorreu

também devido às limitações de nossa pesquisa e impossibilidade de acompanhar todas as atividades, inclusive pelo fato de muitas delas não terem sido oferecidas no ano em que esta pesquisa foi desenvolvida (2015). Tanto os Encontros de Aprofundamento Temático, as Rodas de Conversas com ex-Presos Políticos e o Curso de Educação em Direitos Humanos não ocorreram. Este último inclusive foi condensado numa abordagem temática do Encontro com Educadores que ocorreu em Junho.

De acordo com a proposta pedagógica apresentada no “Projeto Museológico de Ocupação” e proposições básicas do “Programa de Ação Educativa” do Memorial da Resistência, em articulação com o Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado, é possível traçar a trajetória das atividades educativas realizadas nesse espaço.

A estruturação das visitas educativas foi orientada pelo Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado, o que levou à construção de estratégias educativas voltadas principalmente para o público escolar. A partir das experiências iniciais com o público, definiu-se o público-alvo: considerou-se os temas da repressão e tortura inapropriados para grupos escolares na faixa etária inferior a 11 anos. A restrição se baseia também nos conteúdos do currículo escolar. Definiu-se então a faixa entre 14 e 17 anos como público-alvo das visitas educativas, devido em grande parte ao Programa Cultura é Currículo:

Entre Fevereiro e outubro de 2009, 8.997 pessoas foram atendidas em 609 visitas educativas. Dentre estas, 72 visitas foram realizadas no âmbito do “Projeto Lugares de Aprender – A Escola sai da Escola”, uma parceria da Pinacoteca do Estado com o “Programa Cultura é Currículo”, da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). [...] Com isso, 2.479 alunos foram recebidos em visitas educativas ao Memorial entre os meses de abril e outubro. (ARAÚJO; BRUNO, et al, 2009, p. 146)

Há portanto alguma inadequação no caso de grupos de alunos universitários ou mesmo público espontâneo, o que exigiria abordagens diferentes por parte da equipe. Essa necessidade é inclusive reconhecida pela equipe do memorial em seus primeiros meses de funcionamento:

Assim, constatou-se a importância de construir e desenvolver visitas voltadas sobretudo para estudantes universitários e grupos de terceira idade, além de ações específicas, em longo prazo, também para os portadores de necessidades especiais e para os moradores do entorno. (ARAÚJO; BRUNO, et al, 2009, p. 146)

A Fundação de Desenvolvimento para Educação (FDE) criada em 1987, é um órgão que busca a execução de políticas educacionais voltadas para a melhoria e aprimoramento da rede pública de ensino por meio de determinações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Com esse intuito, a FDE é responsável pela implantação de projetos e programas que permitem uma aproximação entre a cultura escolar e a sociedade.

O Estatuto do FDE passou a vigorar em junho de 2007 por meio do Decreto N° 51.925, de 22 de junho de 2007, pois já estava previsto no decreto 27.102/87. Em seu CAPÍTULO I - Da Fundação e seus Objetivos, estabelece:

Artigo 4º - A Fundação tem como objetivo desenvolver metodologia em educação, capacitar profissionais, produzir, adquirir e distribuir material instrucional, inclusive multimídia, voltado ao processo de ensino e aprendizagem de alunos e profissionais e de formação da educação, bem como fornecer recursos físicos para a educação, em especial em cumprimento ou como complementação às políticas definidas pela Secretaria da Educação ou por seus órgãos.

Para garantir o cumprimento de tais responsabilidades, a Fundação põe em prática uma série de iniciativas voltadas ao desenvolvimento de ações que possibilitem a integração da comunidade escolar à sociedade que a envolve. De acordo com nossa proposta de análise, o programa que mais nos interessa é o *Cultura é Currículo*.

O programa **Cultura é Currículo** foi criado em 2007 e implantado em 2008 pelo trabalho conjunto da FDE e da SEE. Tem o intuito de apresentar a alunos e professores da rede estadual de ensino museus, peças de teatro, espaços culturais, espetáculos de dança e filmes. Faz com que os estudantes e docentes se apropriem dos bens e serviços culturais do Estado. Mas, mais importante, articula esse conhecimento com as diferentes áreas curriculares de forma planejada. (SÃO PAULO, 2010)

Dos três projetos que compõe o Programa Cultura é Currículo: Lugares de Aprender: a Escola Sai da Escola, Escola em Cena e O Cinema Vai à Escola – nos deteremos no primeiro, uma vez que o foco de nosso estudo é a educação não formal em espaços externos à escola tradicional, visto que tal denominação despertou nossa atenção desde o início: “A escola sai da escola”. Nesse projeto promove-se o acesso a espaços culturais como museus, centros, institutos de arte e cultura e a parques, como oportunidade de desenvolvimento de atividades articuladas ao desenvolvimento do currículo escolar.

Integrando alunos e professores na busca por ampliação de seu capital cultural, esse programa incentiva o contato com o patrimônio cultural disponível na cidade sob diferentes formas, desde instituições culturais de arte, história, ciência, tecnologia e meio ambiente.

No entanto, uma condição que chamou bastante nossa atenção foi uma peculiaridade que diverge totalmente da proposta inicial do Programa Cultura é Currículo. De acordo com o relatório de gestão do PDE: *“O projeto orienta o planejamento de visitas considerando três momentos: a preparação, a abordagem dos temas no local a ser visitado e a exploração dos conteúdos na volta à sala de aula”* (SÃO PAULO, 2010).

Nesse sentido, o ideal seria haver uma articulação entre os espaços visitados e os conteúdos que estejam sendo trabalhados pelo professor em sala na época da visita, de modo que a experiência prática e participativa como estratégia pedagógica funcione como instrumento complementar ao trabalho realizado pela escola. Esse cenário tende a sugerir uma dinâmica: o professor leva seus alunos até o espaço para a visita, e no retorno à escola faz as conexões possíveis entre o que foi visto durante a visita e os conteúdos do programa escolar.

Entretanto, essa dinâmica nem sempre ocorre, sendo mais comum situações em que a turma de visitantes acaba sendo heterogênea, com alunos de turmas diferentes, muitas vezes acompanhados por professores que nem mesmo ministram aulas para eles. Acreditamos que isso acaba gerando certo prejuízo, posto que os eixos temáticos abordados acabam sendo escolhidos pelos próprios funcionários, utilizando como critério a mera disponibilidade de horário e a organização do calendário.

Por fim, talvez o Programa Cultura é Currículo possa ser bem sucedido no acesso à ciência e à cultura mas não é muito eficaz ao tratar do currículo, se é que o programa se preocupa de alguma maneira com essa dimensão, depositando a responsabilidade sobre os ombros do professor para fazer as articulações necessárias:

“De fato, grupos de estudantes de diversas idades, formações e classes sociais, ao visitarem o Memorial, em geral acompanhados de seus professores ou monitores, não se cansam de repetir, e até de fazê-lo por escrito nos cadernos de registro de opiniões que lhes são dados ao final da visita: ‘Porque nos livros de história não aprendemos isso?’” (ARAÚJO; BRUNO, et al, 2009, p.205)

Nas primeiras experiências de visitas educativas realizadas entre setembro e outubro de 2008 na exposição “Direito à Memória e à Verdade. A Ditadura no Brasil 1964-1985” demonstrou a necessidade de mediadores nos espaços afim de apontar caminhos e orientar as visitas. A experiência demonstrou também a existência de lacunas no conhecimento histórico dos visitantes, sobretudo nas visitas escolares. O trabalho educativo que era realizado nos espaços era então limitado por essas lacunas em relação ao episódio da ditadura militar brasileira. Ficava a questão: Como despertar questões e apresentar pontos de vista alternativos se não se conhece a versão oficial?

Esse cenário fica evidente quando analisamos o *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias (2010)*, e percebemos que o tema da ditadura militar no Brasil e toda discussão a respeito dos movimentos coletivos de resistência e defesa dos direitos humanos é abordado superficialmente apenas no currículo da disciplina de História, sendo introduzido no 3º bimestre da 8ª série (9º ano) do Ensino Fundamental e aprofundado um pouco mais no 3º bimestre do 3º ano do Ensino Médio, momento em que ganham relevo temas como tortura, golpe militar, repressão e a relação desses acontecimentos com o contexto mais geral de Guerra Fria.

A partir dessas lacunas, foi surgindo a necessidade do Memorial ampliar suas atividades para além dos seus muros, trabalhando com os educadores e buscando aprofundar as discussões para que, em seguida, os professores possam levar essas discussões para serem trabalhadas em sala de aula. Em tese isso contribuiria para que as visitas ao espaço do Memorial se tornassem mais ricas.

...os alunos deveriam sair do Memorial da Resistência conhecendo o que foi o DEOPS/SP e quais os caminhos de preservação da memória que levaram ao surgimento do Memorial; quais os conceitos de controle, repressão e resistência; o que foi o período da ditadura militar, e aspectos do cotidiano nas celas do DEOPS/SP, entre outros assuntos. (ARAÚJO; BRUNO, et al, 2009, p. 144)

Mais do que isso, acreditamos que se trata de um processo amplo de alfabetização política, um esforço de libertação do homem e ação humanizante. Conhecer a trajetória do DEOPS/SP e sua transformação em Memorial implica numa aproximação crítica da realidade em que a educação pode ser entendida como prática de liberdade, ou libertação: “*A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira*

permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.”
(FREIRE, 2001, p. 26)

A práxis humana definida como unidade entre ação e reflexão sobre o mundo. Uma relação dialética que se estabelece entre consciência e mundo. Desse modo, a alfabetização e conscientização são inseparáveis, pois produzem uma desmitificação:

O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho de desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (FREIRE, 2001, p.29)

Dessa forma, somos levados a questionar se esse contato com os espaços do Memorial da Resistência permitem esse grau de conscientização, ainda mais se as atividades forem articuladas e ampliadas em sala de aula pelo professor.

Atualmente as visitas são orientadas por meio de eixos de discussão que permitem definir diferentes caminhos para a exposição de acordo com as intenções do grupo, proposta de trabalho do professor visitante, conhecimento prévio dos alunos, etc. Cada caso implica em dinâmicas de visita diferentes devido ao eixo escolhido. Alguns eixos: Direitos Humanos; Resistência política; Permanências da ditadura militar.

É diante desse panorama que o Memorial buscou a construção de caminhos de diálogo e reflexão com os diferentes públicos, num primeiro momento produzindo o *Material de Apoio ao Professor*, que oferece subsídios para o trabalho em sala de aula, apoiados na exposição de longa duração do Memorial. Num segundo momento, constituem-se as primeiras turmas do evento “Encontro com Educadores” que visa abrir canais de diálogo entre o Memorial e educadores.

Dessa forma, a Ação Educativa do Memorial da Resistência tem buscado, em sua construção cotidiana de trabalho, colaborar para a formação de cidadãos conscientes e críticos em relação à História do Brasil; sensibilizar para a importância do exercício da democracia, da cidadania e dos Direitos Humanos na sociedade, e despertar para as questões atuais relativas à repressão e à resistência no país. (ARAÚJO; BRUNO, et al, 2009, p.148)

3.3 Encontro com Educadores

Os eventos em que participamos chamavam-se *Ditadura civil-militar – Panorama Histórico e Reflexões atuais* que teve como objetivo abordar o panorama histórico das condições que antecederam o Golpe de 64 e refletir sobre o presente, e o outro *Educação em Direitos Humanos: Reflexões, Debates e Oficina*, que se trata de uma versão condensada do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos, em virtude da impossibilidade de realização do curso no ano de 2015.

A classificação oficial adotada pelo Memorial a Resistência Ditadura civil-militar (1964-1985) foi justificada com base em algumas referências como o livro *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Junior, *A miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social* de José Chasin que apresenta uma periodização focada na dimensão econômica em que o fim da ditadura só ocorre com o Plano Real, dando margem para a classificação “Regime empresarial-militar”. Outro livro que foi recomendado aos professores foi o *1964. História do Regime Militar Brasileiro*, de Marcos Napolitano, considerado o melhor suporte para uso em sala de aula por abordar as questões de maneira objetiva e didática. Por fim, foi citado também o livro *O que resta da ditadura* organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle, para um debate sobre as questões contemporâneas e o legado deixado pelo período (ênfata, por exemplo, a continuidade da existência de uma instituição como a Polícia Militar numa sociedade “democrática”, um entulho que sobrou da Ditadura que nos faz questionar se realmente houve alguma transição de regimes).

No curso sobre educação em direitos humanos foram utilizados os livros *O que são Direitos Humanos* de João Ricardo W. Dornelles e *O Papel dos educadores e educadoras nos Processos Educativos em Direitos Humanos* de Celma Tavares.

Foi abordado um breve panorama da ideia de direitos humanos, desde o final da segunda guerra mundial, que deixou um legado de massacre e genocídio da população civil, e a consequente necessidade de reconhecimento de direitos fundamentais por cada Estado, bem como a criação de mecanismos internacionais de resolução pacífica de conflitos e respeito aos direitos reconhecidos internacionalmente. É inevitável o conflito com o conceito de soberania nacional, fazendo com que a ação efetiva desses organismos internacionais assumam um caráter moral, sem poder coercitivo, mas baseado em recomendações que são apreciadas perante toda a comunidade internacional.

As lutas oposicionistas de resistência democrática contra os regimes de exceção acabaram por despertar, para o conjunto da sociedade, a atenção para o problema das liberdades, garantias e direitos. Os direitos da pessoa humana entendidos não apenas em seu aspecto nominal, mas sim como efetiva realização das garantias de respeito às prerrogativas reconhecidas internacionalmente. (DORNELLES, 2007)

Desse modo, há uma pressão internacional para que direitos fundamentais sejam reconhecidos, entre eles destacamos o direito à memória, obrigação dos estados democráticos para a garantia da efetivação de uma prática social capaz de constituir novas experiências que ampliem os espaços de liberdade e de exercício efetivo da cidadania coletiva, como a abertura de investigações, apuração de denúncias por instituições como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a institucionalização de lugares de memória, etc.

No encontro foi abordado também o papel da mídia nesse período, em que os jornais de grande circulação tomaram para si o discurso democrático; a trajetória dos Atos Institucionais até a redemocratização com a Constituição de 1988. Em seguida foi abordada a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por meio da criação da Comissão Especial das Ossadas de Perus e do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado.

O grupo de professores presente mostrou-se bastante engajado e participativo, contribuindo para um debate frutífero e esclarecedor em muitos pontos. Alguns consideram o movimento de redemocratização como lenta, gradual e insegura, muito em virtude da polêmica política em relação à interpretação da Lei da Anistia (Lei 6.683/79) no que se refere aos “crimes conexos”, o que dá margem para estender perdão aos torturadores.¹²

Por fim, abordou-se a criação de Comissões da Verdade, enquanto mecanismos oficiais de apuração de abusos e violações dos Direitos Humanos, de modo a esclarecer o passado histórico. São órgãos temporários de assessoramento a governos que têm como missão a entrega de relatório com os resultados dos trabalhos. Em âmbito estadual temos a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Existe entre essa comissão e o Memorial da Resistência uma colaboração por meio da linha de ação

¹² Art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Programa Lugares da Memória, trata-se do projeto *“Inventário dos lugares de memória: a educação para os direitos humanos por meio do patrimônio.”*

Esse projeto consiste num banco de dados com 185 lugares de memória relacionados à repressão e resistência política, identificados pelo Memorial em todo o estado de São Paulo entre 2010 e 2014 a partir de diversas fontes, como documentos do DEOPS, pesquisas acadêmicas e testemunhos coletados no Programa Coleta Regular de Testemunhos. Além disso, o Inventário sinaliza para um tratamento museológico para a preservação desses lugares, baseado na premissa de que o (re)conhecimento dos mesmos pode ser um instrumento de educação para a cidadania, ampliando a possibilidade de conhecimento dessa história de resistência pela população, aproximando os fatos do passado com as permanências do presente.¹³

Entre as recomendações da Comissão Estadual de São Paulo, duas merecem nosso destaque: *“Que os órgãos de cultura e de educação do Estado, em suas diversas instâncias, promovam ações e estratégias de difusão e de educação utilizando os locais de interesse em suas práticas; bem como promover linhas de fomento para essas ações”* e *“Que seja publicado um catálogo com os locais aqui citados como forma de educação e difusão das memórias que carregam esses lugares”*

Vale citar também a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011 e que tem como finalidade examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, com o intuito de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. No relatório publicado no dia 10 de dezembro de 2014 é apresentada extensa análise constando desde o reconhecimento das violações como ações sistemáticas praticadas pelo Estado, e não "atos isolados" ou "excessos" por parte de alguns militares, a trajetória de mais de 400 pessoas que morreram ou desapareceram nesse período. São apresentadas também 29 recomendações, entre elas podemos citar: a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura, revogação da Lei de Segurança Nacional, proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964, desmilitarização das polícias militares estaduais, preservação da

¹³ Para relação completa do Inventário dos Lugares de Memória, ver o site Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-iv-cap1.html> (dispõe sobre Lugares de Memória)

memória das graves violações de direitos humanos, promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação, etc.¹⁴

Tivemos ainda a oportunidade de presenciar durante o encontro, o relato espontâneo de um integrante do grupo que havia sido preso no DEOPS durante a ditadura. Seu discurso acabava com um apelo aos professores para que se empenhassem para *evitar a repetição* de um cenário como aquele.

Durante a realização destes Encontro com Educadores buscamos estabelecer contato com alguns participantes e acompanhar o desdobramento das atividades para além do espaço do Memorial da Resistência e em alguma medida verificar o alcance dessa ação educativa.

¹⁴ Para o relatório completo, acessar <http://www.cnv.gov.br/>

Relato do Profº Rafael

Os entrevistados, assim como boa parte dos participantes dos encontros, são professores da disciplina de História. Acompanhando um dos entrevistados, pudemos verificar que após a realização do curso o professor levou sua turma do 9º ano do Ensino Fundamental a uma visita ao Memorial da Resistência como conclusão de um ciclo em que trabalhou a temática da Ditadura Militar. A visita já estava prevista no Plano Anual de Ensino e estava programada para o final do ano, entretanto o professor julgou apropriado antecipar a discussão devido à atmosfera política nacional nos meses de Julho e Agosto de 2015, envolvendo manifestações políticas pedindo a volta da Ditadura, um movimento que foi amplamente divulgado pela grande mídia, tornando razoável apresentar aos alunos, influenciados por uma perspectiva ideológica, uma abordagem mais crítica, dando voz àqueles que compunham a resistência.

Em razão disso, comentamos sobre a necessidade de refletir sobre novos problemas da sociedade contemporânea, e resistir a eles, bem como se foi possível identificar na postura dos alunos algo que evidenciasse compreensão ou mesmo sensibilização sobre os problemas atrelados a uma Ditadura e os motivos que levam pessoas a lutarem por liberdade.

O Memorial, portanto, deve ser uma ‘fonte de conhecimento’ que permita a reflexão e a tomada de consciência de que a resistência é um ato de escolha pessoal, fruto de uma liberdade individual em defesa do coletivo, que deve aflorar a cada vez que são violados direitos fundamentais do cidadão. (ARAÚJO; BRUNO, et al, 2009, p.204)

Segundo o professor, a principal colaboração da visita ao Memorial da Resistência foi justamente o incentivo ao pensamento crítico. Através da atividade os alunos tomaram conhecimento sobre o sacrifício das pessoas que resistiram e foram presas, torturadas, exiladas ou mortas, e essa conscientização permitiu o reconhecimento da importância da democracia.

Estávamos particularmente interessados nos conteúdos e nas dinâmicas das atividades desenvolvidas em sala de aula, mas infelizmente o professor optou por ser vago nesse sentido e relutou em fornecer informações mais precisas.

Relato do Profº Claudio

O professor Claudio tomou conhecimento do Encontro com Educadores por intermédio de sua esposa, que também é professora. Para ele, o encontro caracterizou-se como mais um curso de atualização, dentre muitos outros. Na ocasião, o tema abordado no evento foi “Condições pré-golpe” que forneceu bases teóricas para abordagem do tema. Segundo o professor, foi uma abordagem que extrapola os conteúdos dos livros didáticos, além de criar um terreno “...para que isso nunca mais se repita” (sic)

Uma das motivações que levou o professor se aprofundar no tema foi seu interesse pelas lutas estudantis que ocorreram na época. A organização política, militância e resistência significam para o professor o “carro chefe” de sua abordagem na disciplina de História do Brasil, desenvolvida em sala de aula.

Além disso, ele colocou em evidência a importância de se conhecer outros centros de detenção e tortura, uma vez que ele próprio conhecia apenas o “Famoso DOPS”, e nesse sentido afirmou que o curso contribuiu bastante para essa ampliação de perspectiva, algo que será utilizado em sala de aula no futuro.

Buscou com isso, sensibilizar seus alunos do 9º ano do ensino fundamental e estimular o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o mundo contemporâneo. O conhecimento prévio dos alunos restringia-se aos conteúdos dos livros didáticos, que muitas vezes não são nem mesmo lidos. A transmissão do sofrimento de quem esteve preso (ganha relevo, portanto, o papel desempenhado pelo testemunho, pois os espaços do museu descaracterizados pouco tem a contribuir nesse ponto) adiciona mais um nível de compreensão, pela via da sensibilização, do afeto (afetação) capaz de estimular empatia e curiosidade.

Em sala de aula, o professor afirma que as atividades tiveram um salto de qualidade, após a visita houve um enriquecimento do debate pois foi possível lidar com os fatos históricos de maneira mais concreta, com exemplos menos abstratos, com os alunos recordando de elementos da visita ao (re)visitarem os livros didáticos. A ênfase dos debates recaiu sobre o sofrimento dos estudantes que buscavam liberdade durante a ditadura e o papel que os estudantes devem assumir atualmente para preservar essa liberdade.

Considerações Finais

O Memorial da Resistência foi o primeiro centro de detenção, tortura e assassinatos no Brasil a ser tombado e musealizado, abrindo assim precedentes para que o mesmo aconteça em outros locais. Porém, esse processo não ocorreu sem conflitos e tentativas do governo do Estado de impor políticas de esquecimento,

A reivindicação de proteção material destes locais, embora motivada especialmente pelo receio deste futuro obscuro, gerou crença e esperança de que o conhecimento do passado pode servir para evitar que situações de barbárie se repitam. Nascia a possibilidade de projetar boas expectativas para o futuro, construindo uma sociedade mais tolerante por intermédio da educação e da cultura. (NEVES, 2014, p. 212) ¹⁵

“Para que não se repita” foi uma frase que se repetiu em diversos momentos de nossa pesquisa. Foi inclusive o que motivou um dos professores a participar do Encontro com Educadores e posteriormente levar seus alunos até o Memorial, em virtude de sua preocupação com a atmosfera política nacional.

É curioso notar tamanha preocupação com essa ideia, pois acreditamos que momentos históricos não se repetem, o contexto se transforma, outros fatores devem ser levados em consideração. O momento político é totalmente diferente, e os pedidos de volta da ditadura configuram estratégias de classe bem delimitadas temporalmente para ter um governo que represente seus interesses.

Contudo, o que fica claro aqui é a permanência e atualidade desse debate, mesmo 50 anos após o Golpe Civil-Militar de 1964, os professores sentem a obrigação de se atualizarem, de buscarem novas estratégias para sua prática. Justifica-se, desse modo, a importância de uma instituição como o Memorial da Resistência, o seu pioneirismo nesse trabalho de Justiça de Transição. Fica claro que essa transição ainda está ocorrendo, percebe-se a existência de forças que querem impedir que ela se efetive, demonstrando assim a necessidade de ampliação e multiplicação de iniciativas educativas que busquem trabalhar no sentido de uma conscientização para os Direitos Humanos.

¹⁵ Segundo Adorno, somente a educação seria capaz de evitar a repetição de Auschwitz. Ver ADORNO, T. Educação após Auschwitz, in: *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

Nesse sentido, acreditamos que a resposta do Estado ainda é insatisfatória, especialmente no que diz respeito às medidas para implementação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade. No entanto o Memorial da Resistência vem articulando um trabalho que deve ser reconhecido por toda a sociedade, com especial destaque para o programa Lugares de Memória, pois com o tombamento de novos lugares abre-se a possibilidade de ampliação das ações educativas.

Desse modo, acreditamos ter iluminado algumas contradições: apoiados no trabalho de ANTONINI, fica claro que o Memorial da Resistência existe no espaço urbano como resultado de uma política de revalorização do patrimônio que tem por objetivo, não um compromisso com uma justiça de transição, mas um processo de revitalização de uma região:

O Memorial da Resistência está invariavelmente ligado à lógica que rege o processo de revalorização do centro de São Paulo e de sua afirmação enquanto metrópole proeminente na rede mundial de cidades. O que lhe resta é um espaço restrito dentro de um universo hegemônico de espetacularização da cultura. Ele deve ceder espaço à arte moderna. Ele deve estar escondido. Ele deve ser suave. Não pode, neste contexto, ser uma ruptura radical. (ANTONINI, 2012, p.65)

Eventos como o “Encontro com educadores” representam uma forma de prática socioespacial de resistência às estratégias de segregação espacial. Ao possibilitar o encontro de profissionais que buscam a apropriação e uso dos espaços e dos saberes necessários para um processo de conscientização, pois a troca simbólica que se estabelece entre os professores, enquanto agentes sociais, possibilita ampliar o potencial de transformação da percepção do história através do incentivo à uma abordagem crítica nas escolas.

Além disso, o Memorial da Resistência também assume função de relíquia histórica ao permitir que esqueçamos sem culpa mas, ao mesmo tempo, enquanto uma estrutura física, enquanto permanência na paisagem, impede o esquecimento completo.

Para os alunos do Ensino Fundamental, Ditadura é apenas um conceito. Não viveram esse momento. O próprio autor deste trabalho nasceu em 1988, época de redemocratização e inauguração da nova constituição. No entanto, é obrigação do educador destacar as marcas deixadas por esse período, que por mais que tornem-se cada vez mais sutis com o passar das gerações, ainda permanecem e influenciam a vida de todos, citemos por exemplo a permanência de uma instituição como a Polícia Militar. É uma responsabilidade permanente realizar esse trabalho de transmissão cultural.

Segundo Hannah Arendt¹⁶, toda educação é assimétrica, conservadora e tradicional, toda transmissão é uma forma de imposição, pois a criança chega ao mundo já com a responsabilidade de se apropriar do patrimônio histórico-cultural existente, entretanto sempre se consolidará uma abertura para o novo, pois cada indivíduo realizará essa apropriação de maneira singular e caberia ao professor esclarecer as consequências de cada escolha.

Enquanto instituição educativa, o memorial abre suas portas aos curiosos e principalmente às novas gerações graças a programas de incentivo ao acesso à cultura mas também é um lugar utilizado pelos educadores, enquanto agentes multiplicadores desses conhecimentos, para aperfeiçoar sua prática de ensino.

Temos nossas dúvidas se a ideia de conscientização elaborada por Paulo Freire de fato ocorre nos espaços do Memorial da Resistência. Acreditamos que a visita pode servir de gatilho, capaz de gerar sensibilização e interesse pelo assunto, mas o trabalho deve continuar e ser ampliado pelo professor na construção do reconhecimento da importância da democracia. E para isso ele deve estar preparado para trabalhar com o tema, uma lacuna que eventos como o Encontro com Educadores busca preencher.

Por ser uma iniciativa recente, talvez os professores ainda estejam aprendendo a explorar esse recurso, há certo pioneirismo por parte desses professores e existe ainda um longo caminho a se percorrer para explorar ao máximo esse tipo de prática. Porém, como deixamos claro no título deste trabalho, existe um imenso potencial educativo nos espaços do Memorial da Resistência, que deve ser ampliado tanto por meio de políticas públicas para além de programas como o “Cultura é Currículo”, mas também pela participação ativa dos próprios professores para elaboração de um projeto mais amplo de intercâmbio entre o Memorial e as escolas.

¹⁶ ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003

Referências

ADORNO. T. Educação após Auschwitz, in: *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ALLOUCH, J. Estudo a – “Luto e melancolia”, luto melancólico. In: *Erótica do Luto no Tempo da Morte Seca*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2004.

ALVES G.A. – *O Lugar como possibilidade de conhecimento na realidade escolar*. IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ALVES, G .A. *O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano*. Revista electrónica de Geografía Y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XII, núm. 270 (136), 2008.

ANTONINI, A. V. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. 2012. 68f. Trabalho de Graduação individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O.; NEVES, K.F.; MENEZES, C.G.F. A dinâmica testando as propostas. In: *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

BOSI, E. *Memória e sociedade - Lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M. L. T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

DORNELLES, J.R.W. *O que são Direitos Humanos*. São Paulo: Ed. brasiliense, 2007.

ENDO, P. *Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento*. Revista USP. São Paulo. n. 98. p. 41-50. JUNHO/JULHO/agosto 2013.

FÉDIDA, P. A relíquia e o trabalho do luto. In: *Depressão*. Escuta, 2003.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. Uma introdução ao pensamento de Paulo freire. São Paulo, SP Centauro 2001.

FREUD, S. Luto e Melancolia.in: *Introdução ao Narcisismo, ensaios de Metapsicologia e outros textos*. [1914-1916] Companhia das Letras, 2011.

MARANDINO M. (org.) *Educação em museus: a mediação em foco* – Gennf – São Paulo. FEUSP, 2008.

MESSENTIER, L. M. *A Natureza Política do Patrimônio Cultural*. Políticas Culturais. 2006.

NEVES, D. R. L. *O desafio da preservação da memória da ditadura: o patrimônio histórico em questão*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

NEVES, D.R.L. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. 2014 (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, América do Norte, vol.2, nº3, jun. 1989.

SANTOS, C. R. S. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: *Revista CIDADES*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 101-122, 2006.

SCIFONI, S. & RIBEIRO, W.C. *Preservar: por que e para quem?* Patrimônio e Memória, v. 2, p. 1-12, 2006.

SOARES, I.V.P. e QUINALHA, R.H. *Lugares de Memória no cenário brasileiro da justiça de transição*. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 10, p. 75-86, junho/2011.

VIOLA, S.E.A. e PIRES, T.V. *Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil*. Soc. E Cult., Goiânia, v.16, n.2, jul./dez. 2013.

YOUNG, J.E. The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning, in: ROSSINGTON, M. and WHITEHEAD, A. *Theories of Memory*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2007.

Documentos Oficiais

SÃO PAULO. Relatório de Atividades. *Fundação para o desenvolvimento da Educação (FDE)*. 2007-2010 – Secretaria da Educação. São Paulo, 2010

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – São Paulo : SEE, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 51.925, de 22 de junho de 2007 - Aprova nova redação do Estatuto da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE

BRASIL. Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Acessado em (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)